

A democratização da mídia brasileira

rdai.com.br/ojs/index.php/rdai/article/view/185



Tarso Cabral Violin Universidade Federal do Paraná (Curitiba, Paraná, Brasil)

DOI: <https://doi.org/10.48143/rdai/10.tcv>

Palavras-chave: Democratização dos meios de comunicação, Políticas públicas, Atos administrativos

Resumo

Mesmo sem regulamentação por meio de lei exarada pelo Parlamento, no Brasil é possível a efetivação de políticas públicas para fins da democratização dos meios de comunicação por meio de atos administrativos infraconstitucionais expedidos pelo Poder Executivo, no exercício da função administrativa, para fins de limitação dos monopólios e oligopólios e pluralidade da mídia no país, nos termos do princípio da juridicidade ou constitucionalidade, atos esses que não seriam atos ou decretos autônomos, pois não estariam inovando na ordem jurídica. A não ser normas constitucionais dependentes expressamente de regulamentação, as normas de eficácia plena com proibições e que confirmam prerrogativas são autoaplicáveis, mesmo com atos administrativos do Poder Executivo, assim como as chamadas “normas programáticas” na parte da Ordem Social, da qual a radiodifusão faz parte, com o intuito da instauração da democracia substancial.

Downloads

Não há dados estatísticos.

Biografia do Autor

Tarso Cabral Violin, Universidade Federal do Paraná (Curitiba, Paraná, Brasil)

Doutor em Estado e Políticas Públicas e Mestre em Direito do Estado pela Universidade Federal do Paraná. Advogado. Professor de Direito Público da Academia Brasileira de Direito Constitucional, da Faculdade de Direito Curitibana e da Faculdade de Direito de Pinhais. Membro da Comissão de Estudos Constitucionais da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Paraná. Vice-Coordenador do Núcleo de Pesquisa em Direito do Terceiro Setor do PPGD-UFPR. tarsocv@gmail.com

Referências

ATALIBA, Geraldo. Roda Viva, de 31.08.1992, sobre o Impeachment de Collor, na TV Cultura. Disponível em: [<https://youtu.be/eG774DYiIPE>]. Acesso em: 08.04.2016.

AVELÃS NUNES, António José. Neoliberalismo e direitos humanos. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

BAGDIKIAN, Ben H. The media monopoly. 3. ed. Boston: Beacon Press, 1990.

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. A democracia e suas dificuldades contemporâneas. Revista de Direito Administrativo, n. 212, p. 57-70, abr.-jun. 1998.

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de direito administrativo. 27. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

BORGES, Altamiro. Democratização da mídia. Palestra organizada pelo Centro Acadêmico XI de Agosto em 21.03.2014. Disponível em: [<https://youtu.be/H7Yk5eORf5o>]. Acesso em: 28.11.2017.

BOURDIEU, Pierre. Sobre a televisão. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

COSTA, Pietro. O Estado de Direito: uma introdução histórica. In: COSTA, Pietro; ZOLO, Danilo (Org.). O Estado de Direito: história, teoria e crítica. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

DAHL, Robert. La democracia. PostData 10, diciembre 2004.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Parcerias na Administração Pública. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

FISS, Owen M. A ironia da liberdade de expressão: estado, regulação e diversidade na esfera pública. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

FISS, Owen. Democracia y disenso. Una teoría de la libertad de expresión. Ad-hoc, 2010.

FISS, Owen. Libertad de expresión y estrutura social. México, D.F.: Distribuciones Fontamara, 1997.

FROMM, Erich. O medo à liberdade. 14. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1983.

GABARDO, Emerson; SALGADO, Eneida Desiree. Administração Pública e seus fundamentos de gestão: eficiência, interesse público, direitos fundamentais e desenvolvimento. In: BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; HACHEM, Daniel Wunder. Direito público do Mercosul. Belo Horizonte: Fórum, 2013.

HARVEY, David. O enigma do capital: e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.

HUGO, Victor. Os miseráveis. São Paulo: Martin Claret.

JUDT, Tony. O mal ronda a terra: um tratado sobre as insatisfações do presente. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

LIMA, Venício A. Política de comunicações: um balanço dos governos Lula [2003-2010]. São Paulo: Publisher Brasil, 2012.

LUHMANN, Niklas. A realidade dos meios de comunicação. São Paulo: Paulus, 2005.

Malcom X. Pensador. Disponível em: [www.pensador.com/frase/ODg2OTYx]. Acesso em: 27.11.2017.

MARCONDES FILHO, Ciro. Prefácio à edição brasileira. In: LUHMANN, Niklas. A realidade dos meios de comunicação. São Paulo: Paulus, 2005.

MOREIRA, Vital. O direito de resposta na comunicação social. Coimbra: Coimbra Editora, 1994.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. Mídia, democracia e hipermodernidade periférica. In: GOULART, Jefferson O. (Org.). Mídia e democracia. São Paulo: Annablume, 2006.

OFFE, Claus. A democracia contra o Estado do bem-estar? Fundamentos estruturais das oportunidades políticas neoconservadoras. In: OFFE, Claus. Capitalismo desorganizado: transformações contemporâneas do trabalho e da política. São Paulo: Brasiliense, 1989.

OFFE, Claus. Problemas estruturais do Estado capitalista. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

PIRES, Luis Manuel Fonseca. O Estado social e democrático e o serviço público: um breve ensaio sobre liberdade, igualdade e fraternidade. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

RAWLS, John. Uma teoria da justiça. São Paulo: Martins Fontes, 1997, 2ª tiragem em 2000.

ROCHA, Cármen Lúcia Antunes. Princípios constitucionais dos servidores públicos. São Paulo: Saraiva, 1999.

SALGADO, Eneida Desiree. Constituição e democracia: tijolo por tijolo em um desenho (quase) lógico: vinte anos de construção do projeto democrático brasileiro. Belo Horizonte: Fórum, 2007.

SALGADO, Eneida Desiree. Princípios constitucionais eleitorais. Belo Horizonte: Fórum, 2010.

SALGADO, Eneida Desiree. Princípios constitucionais estruturantes do direito eleitoral. Tese (Doutorado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

SARTORI, Giovanni. Videopolítica: médios, información y democracia de sondeo. Instituto Tecnológico y de Estudios Superiores de Monterrey, 2003.

VIOLIN, Tarso Cabral. Políticas públicas pela democratização dos meios de comunicação. Tese (Doutorado em Estado e Políticas Públicas) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

VIOLIN, Tarso Cabral. Terceiro setor e as parcerias com a Administração Pública: uma análise crítica. 3. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2015.

A submissão e a publicação de artigos são gratuitos; avaliados por pares; o periódico utiliza o CrossCheck (antiplágio) e cumpre com o Guia dos Editores da *COPE - Committee on Publication Ethics*, além das recomendações Elsevier e SciELO. Confira as Regras para a submissão e avaliação da RDAI.